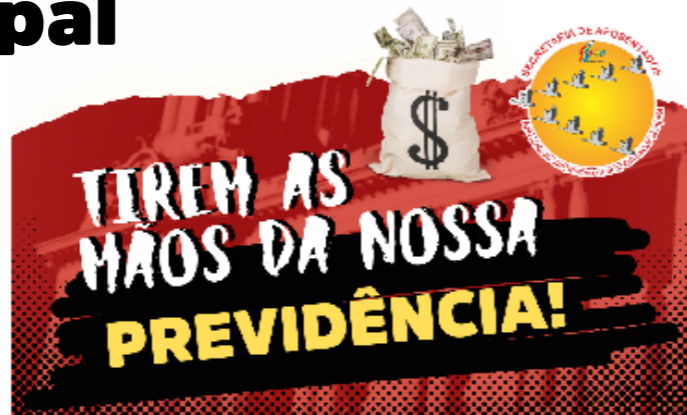


Frente Parlamentar em Defesa da Previ-Rio realizou debate na Câmara Municipal

A Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Municipal e a Comissão de Trabalho da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, respectivamente presididas pelos vereadores Paulo Pinheiro e Siri (PSOL), realizaram no dia 1º de agosto um debate sobre a Previ-Rio. O Sepe participou do evento, com a representação da Secretaria de Aposentados na mesa e em falas do plenário.

No debate, foi denunciado que o número de servidores da ativa que descontam para a Previ-Rio vem caindo desde a primeira gestão de Eduardo Paes, causando enorme desequilíbrio nas contas do instituto. Foi lembrado que o aumento da alíquota da previdência por Paes teve como consequência direta o aumento do arrocho aos servidores.



Palestrantes denunciaram que o rombo do instituto vem aumentando a cada ano; além disso, a terceirização de funcionários vem retirando ainda mais receitas da Previ-Rio. Em junho, o Sepe entregou aos vereadores uma carta denunciando a situação da Previ-Rio e o risco que aposentadas e aposentados vêm correndo em sua sobrevivência. ■

Aposentadas(os) mobilizadas



A Secretaria de Aposentados do Sepe (SAP) tem realizado grandes esforços em preparação ao 44º Encontro Estadual de Aposentados, previsto para o final de setembro, com o tema: "Contra a retirada de direito e o avanço do fascismo, seremos resistência – as eleições municipais de 2024 e os direitos dxs aposentadxs". A Secretaria também vem cobrando do Ministério da Previdência Social a implementação do Grupo de Trabalho que foi acordado com o ministro Carlos Lupi.

Professora Laura Lázaro Castilho, falecida em julho, foi homenageada pelas aposentadas

O GT visa dar continuidade ao debate sobre o desmonte do Regime Próprio de Previdência Social no Estado e municípios do Rio de Janeiro, a fim de construir alternativas viáveis para reverter a atual situação dos regimes de Previdência. Os Coletivos fizeram uma moção de aplausos em homenagem à professora aposentada Laura Lázaro Castilho, falecida em julho. Dona Laura marcou a sua presença junto às lutas diárias do sindicato na defesa pela Educação Pública de qualidade e dos direitos dos aposentados de forma marcante e exemplar. Os Coletivos de Aposentados se reúnem da seguinte forma, sempre no auditório do Sepe Central (Rua Evaristo da Veiga, nº 55/7º andar):

- Toda primeira terça-feira do mês: Coletivo da Capital, às 14h;
- Toda segunda terça-feira do mês: Coletivo Estadual, às 9h30.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj

facebook.com/Seperj

youtube.com/SepeRJoficial

twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL RJ

Nº 45 | Finalizada em: 16/08/2024. Atualizado em: 26/08/2024

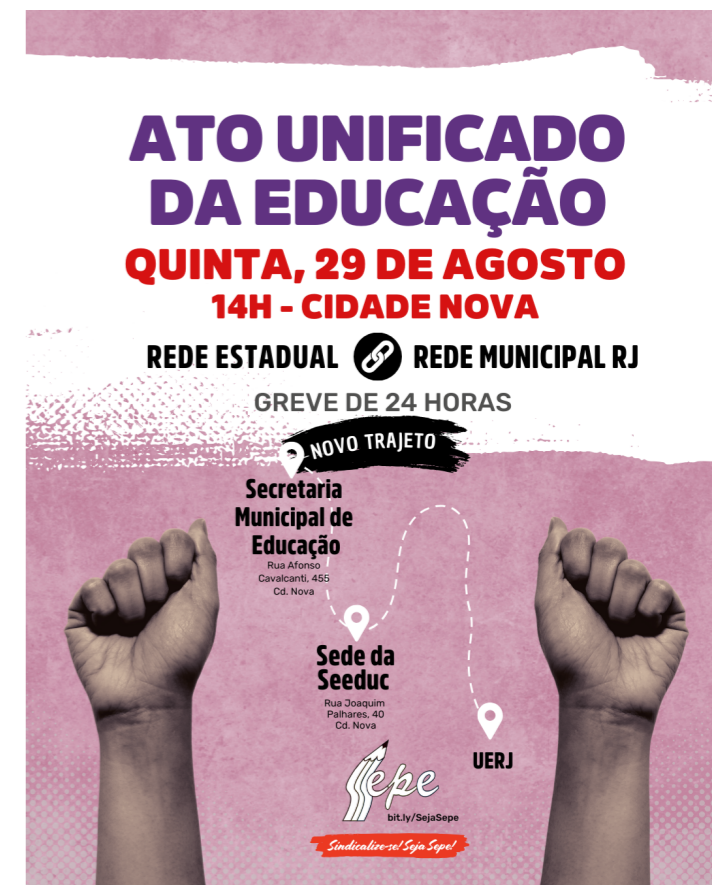


Rede municipal participará de greve unificada de 24 horas no dia 29 de agosto

Profissionais das escolas municipais do Rio de Janeiro farão greve de 24 horas no dia 29 de agosto (quinta-feira) e participarão de um ato unificado com a rede estadual, no Centro do Rio. As assembleias das duas redes, no dia 03 de agosto, deliberaram pela greve unificada e por um ato conjunto, com concentração marcada para 14h, na porta da SME-RJ (Rua Afonso Cavalcanti, 455). De lá, seguirão para a Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), também na Cidade Nova (Rua Joaquim Palhares, 40), onde será realizado um novo ato.

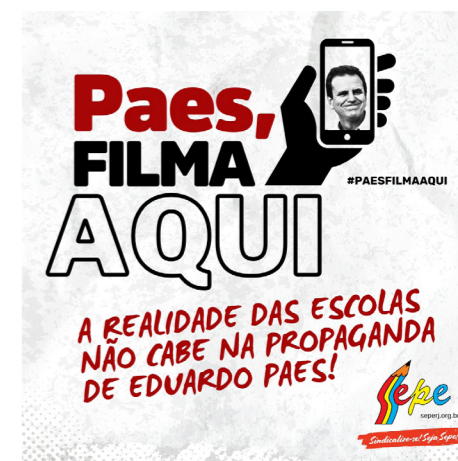
Após as manifestações, a categoria se dirigirá à UERJ, em apoio à ocupação do andar da Reitoria pelos estudantes. O ato é convocado pelo Fórum dos Segmentos da Educação Pública do Rio de Janeiro (FEPERJ), que reúne entidades de todas as esferas da educação, de profissionais, estudantes e pesquisadores.

As assembleias também deliberaram, para este dia, indicativos de realização de atos pelos núcleos municipais e regionais da capital. ■



Sepe lança campanha para denúncias sobre a realidade nas escolas

Sabemos que o prefeito do Rio gosta muito das redes sociais. Mas a realidade das escolas do município não cabe na propaganda de @eduardopaes e da Prefeitura. Vamos nós, profissionais da Educação, convidar o prefeito do Rio de Janeiro para registrar a realidade no chão da escola. Faça você também um vídeo e não esqueça de marcar o Sepe nas redes usando a hashtag #PAESFILMAAQUI



Eduardo Paes, cumpra a Lei dos AEs e respeite os servidores e as decisões judiciais!

O Sepe RJ entrou com diversas ações judiciais em favor dos Agentes de Educação Infantil da Rede Municipal do RJ (AEIs) para que a prefeitura corrija a gratificação estabelecida no Decreto 17.042/1998, a título de direito pessoal. Essa gratificação é calculada na proporção de 15% sobre o vencimento básico da categoria, mas o governo municipal não cumpre a Lei e não promove a correção nos vencimentos dos AEIs.

O Sepe lembra que existe jurisprudência pacífica no Tribunal de Justiça do RJ (TJ RJ) que já reconheceu a gratificação a título de direito pessoal dos AEIs. Assim como existem diversas ações julgadas favoravelmente e estão em fase de Execução.

Mas, como se não bastasse o descumprimento da legislação pela Prefeitura do Rio, há também

uma demora da prestação jurisdicional por parte do Tribunal de Justiça do RJ, da qual o município se aproveita para adiar o cumprimento da lei e das decisões judiciais.

Diante disso, é necessário a mobilização da categoria junto com o sindicato para exigir do prefeito Eduardo Paes o cumprimento imediato da legislação e o respeito às decisões do Judiciário. Por outro lado, reivindicamos também do Judiciário a agilidade no julgamento e na execução das diversas ações individuais e coletivas em curso.

Uma vez que está estabelecido em lei e há uma Jurisprudência pacífica do Tribunal de Justiça do RJ a prefeitura do Rio deve cumprir imediatamente e determinar o reajuste para todos os AEIs da gratificação referente ao "direito pessoal". ■

TJ julga procedente ação do Sepe para pagar piso nacional aos PAEIs

Nossa luta agora é para obrigar o prefeito a cumprir a sentença

A 3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da capital do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) confirmou a sentença que julgou procedente ação do Sepe pelo cumprimento do piso nacional do magistério para os Professores Adjuntos de Educação Infantil (PAEIs) da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro.

O Piso Nacional do Magistério é um direito dos profissionais e o seu cumprimento não pode ser

mais postergado pelos governos e a decisão da Justiça é uma comprovação de que os profissionais de educação estão corretos na sua reivindicação.

Dessa forma, nossa luta agora é para obrigar o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, a cumprir imediatamente a sentença em todos os seus aspectos, inclusive o pagamento da diferença dos anos anteriores devidamente reajustada, pagando aos PAEIs o que é devido. ■

Na luta por reajuste digno!

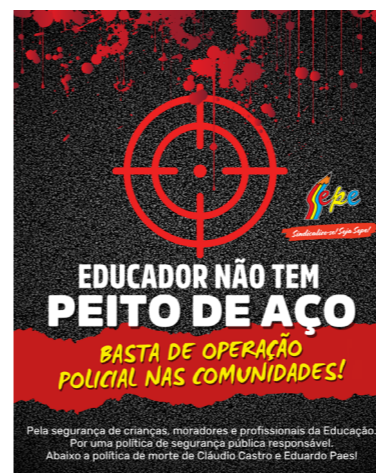
Segundo o último estudo do Sepe-Dieese, para que os salários em 1º de junho de 2024 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de março de 2019, o reajuste necessário sobre os vencimentos de abril de 2024 seria de 22,05% (INPC-IBGE). Além disso, os salários referentes a 31/05 já perderam quase 20% do poder aquisitivo que tinham em 01/03/2019.

O Sepe repudia o reajuste irrisório concedido pela prefeitura em 2024; que não levou em consideração a perda nominal decorrente do aumento do desconto previdenciário de 11% para 14% a partir de julho de 2021. Vamos manter a campanha salarial 2024, com a exigência de reposição de todas as perdas! Participe da greve de 24 horas no dia 29/8, com atos unificados com a rede estadual (*ver capa*).

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

- Pelo pagamento imediato das perdas salariais;
- Por um plano de carreira unificado da educação, segundo o PME;
- Reajuste do auxílio alimentação e auxílio transporte - a todos os profissionais de educação;
- Convocação dos concursados no banco, migração e novos concursos públicos de todos os cargos para suprir a carência da rede;
- Contra a contratação sem concurso público e contra a terceirização;
- Pelo descongelamento dos triênios e pagamento retroativo ao período (março de 2020 a dezembro de 2021) em que a progressão não foi realizada nos contracheques da categoria;
- Em defesa do Previ-Rio e da aposentadoria: tirem as mãos da nossa Previdência!

Assembleia aprova campanhas



A assembleia da rede municipal do dia 03/08 decidiu realizar campanhas sobre temas graves para a educação municipal, tendo como base a campanha geral sobre os males da "capital do G20" que não são mostrados pela mídia - veja os temas aprovados:

- Contra a privatização: "Não venda a minha escola ou creche";
- Alerta sobre o adoecimento dos profissionais nas escolas;
- Contra as operações policiais no entorno das escolas: "Educação não tem peito de aço: basta de operação policial";
- Denúncia da contratação de estagiárias na função das Agentes de Apoio à Educação Especial (AAEE).

Funcionários mobilizados pela aprovação do PL 2531/2021 no Congresso

A Secretaria de Funcionários do Sepe se junta às outras entidades de profissionais de educação de todo País na mobilização para colocar na pauta de votação do plenário do Congresso o requerimento 2609/2024 do PL 2.531/2021, que propõe o Piso Nacional Profissional dos Funcionários técnicos, administrativos e operacionais.

A agenda de mobilização será realizada de 26 a 29 de agosto, com a ida de representações do Brasil inteiro para pressionar os deputados e incluírem na pauta a votação e aprovação do PL na Câmara dos Deputados.

O PL 2531 foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no dia 24 de abril, a tramitação do Projeto de Lei 2531/2021 e esta votação foi marcada

pela forte presença de entidades sindicais, que foram a Brasília para pressionar os deputados.

A pressão também ocorreu com os movimentos populares, que encheram de mensagens as redes sociais dos deputados, percorreram gabinetes e no próprio plenário da Comissão de Educação. A mobilização deu certo e o projeto foi aprovado por unanimidade.

